

# O DEMÔNIO DE MAXWELL E A POLÍTICA DE COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Wellington Gil Rodrigues<sup>1</sup>

Antonio Paulino de Sousa<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre a crítica do mérito em relação às cotas como forma de acesso à universidade pública e a defesa do mérito acadêmico no processo seletivo do vestibular tradicional, demonstrando que essa crítica não pode ser sustentada com base na neutralidade técnica do vestibular já que o mesmo reproduz as desigualdades de classe.

**Palavras-chaves:** Vestibular; Mérito Acadêmico; Cotas.

**Abstract:** This article aims to analyze the relationship between the criticism of merit in relation to the quotas as a means of access to public universities and the defense of academic merit in the selection of traditional vestibular, demonstrating that this criticism cannot be sustained on the basis of technical neutrality of the vestibular since it reproduces inequalities of class.

**Keywords:** Vestibular; Academic merit; Quotas.

## Introdução

A reivindicação do uso de ações afirmativas no acesso às universidades públicas abalou velhas certezas e fez com que surgissem novas dúvidas sobre a existência de uma real igualdade de oportunidades na sociedade brasileira.

A aparente igualdade de oportunidades transmitida na imagem do processo seletivo universal do vestibular está sendo questionada em função das desigualdades de capital econômico, social e cultural entre os candidatos.

Enquanto a aprovação no vestibular tradicional tende a instituir uma valorização do mérito pessoal, o vestibular com reserva de vagas é visto (do ponto de vista da sociedade em geral e pelos acadêmicos anti-cotas principalmente) como uma discriminação contra o mérito individual.

---

<sup>1</sup> Pedagogo, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor de História da Educação na Faculdade Adventista de Educação do Nordeste e aluno especial do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRB. E-mail: wellgil2000@hotmail.com.

<sup>2</sup> Sociólogo, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Católica de Paris, Doutor em Sociologia Paris VII - Sorbonne. Professor de Filosofia da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

É paradoxal que um dos principais argumentos contra o uso das ações afirmativas seja o de que elas ferem o estatuto meritocrático da sociedade liberal, ou seja, a responsabilização individual, a valorização do talento próprio e do mérito pessoal na consecução dos objetivos. Diz-se aqui, paradoxal, porque a sociedade brasileira parece impregnada de uma cultura do favor, do clientelismo político, do paternalismo, por isso é interessante notar como o discurso do mérito individual aparece como uma crítica ao uso das ações afirmativas, interpretadas nesse contexto como um “favor”, um “jeitinho brasileiro”, um *modus operandi* de conseguir através de “medidas especiais” o que não se conseguiu pelos meios “normais”!

Em relação ao acesso à universidade pública essa crítica se reveste de um significado ainda mais especial, pois na sociedade brasileira a universidade surge como uma “ilha de excelência”, um “local privilegiado” onde o acesso é garantido não por meio da influência de relações pessoais, de favores e outros jeitos e trejeitos característicos dessa sociedade, mas sim por puro esforço e mérito pessoal.

Nesse contexto, o vestibular assume o papel de instrumento privilegiado na seleção dos melhores, dos mais hábeis, dos mais capacitados para o acesso ao espaço acadêmico, garantindo assim a manutenção da qualidade de ensino na universidade. Dessa forma o campo acadêmico – pelo menos a sua maior parte – não vê com bons olhos a adoção das políticas de ação afirmativa no acesso a esse espaço “público”, principalmente em relação às cotas, já que essas políticas são percebidas como um ataque ao princípio do mérito e como consequência possuem o indesejável potencial de rebaixar a qualidade do ensino público.

A defesa do mérito acadêmico e da manutenção da qualidade do ensino universitário parece ser a preocupação central dos docentes das universidades públicas. Diante dessa preocupação extremamente válida é necessário que se esclareçam algumas questões. A universidade pública brasileira é um espaço democrático e meritocrático, ou seja, o acesso a esse espaço é garantido apenas pelo esforço individual independentemente de suas condições sociais, econômicas e raciais? O ingresso através das cotas fere o princípio do mérito? O vestibular é uma maneira eficaz de se comprovar o mérito? De quem é o mérito da aprovação no vestibular?

A contradição que se manifesta de maneira patente é que, enquanto a universidade é vista como o local do triunfo do mérito individual, não se pode deixar de notar que a grande maioria daqueles que tem acesso a ela ou pelo menos aos seus cursos mais prestigiados é exatamente uma minoria dos já favorecidos socialmente, servindo

então a universidade pública como um local de reprodução das desigualdades presentes na sociedade. Como entender essa imagem dúbia da universidade como local do mérito e ao mesmo tempo do privilégio?

Ora, a universidade faz parte do sistema de estratégias de reprodução dos grupos sociais, esse sistema pode ser entendido como as práticas que todo grupo produz para garantir a sobrevivência do próprio grupo. Podem-se citar as estratégias de fecundidade, as sucessórias, as matrimoniais, ideológicas e principalmente as estratégias educativas, isto é, investimentos de longo prazo consubstanciados no conceito de *capital cultural* (Bourdieu, 1996).

O capital cultural pode ser entendido como o valor assumido pela educação familiar nos mercados de bens econômicos ou simbólicos. No caso do campo acadêmico o capital cultural é tanto maior quanto menor a distância entre a educação familiar e a exigida pela educação universitária. Assim as diferenças iniciais resultantes da transmissão familiar da herança cultural (capital cultural) traduzem-se em diferenças no desempenho escolar. Fica claro dessa forma que a capacidade de conversão do capital econômico em capital cultural, através do investimento em educação, vai colocar os grupos dominantes na dianteira da corrida pela reprodução de suas posições sociais.

### **Vestibular e o mérito individual**

É extremamente necessário que se compreenda como o uso de testes “neutros”, como o vestibular, legitima a valorização do mérito individual no acesso à universidade pública.

Não se pode deixar de concordar com a positividade aparente do exame vestibular diante de um pano de fundo de clientelismo e favores, traços típicos da sociedade brasileira, pois ele aparece como um grande nivelador social onde todos os concorrentes podem competir independentemente de diferenças de classe, “raça” ou gênero. Nesse sentido, a aprovação no vestibular é percebida como o momento do sucesso individual, da comemoração do talento, do esforço próprio, justificando assim uma igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior e selando a universidade como um espaço democrático e o local do triunfo da meritocracia.

A questão das diferenças de oportunidades no acesso ao ensino superior foi relacionada ao problema das desigualdades raciais através da publicação de vários estudos que procuraram evidenciar como tem ocorrido no Brasil a trajetória educacional

dos diferentes grupos raciais. Tome-se como exemplo a pesquisa do IPEA. Comentando sobre a pesquisa do IPEA, “Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90” (HENRIQUES, 2001), a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2003, p. 234) afirma que:

A realidade do ensino superior, apesar da pequena diferença absoluta entre as “raças”, é desoladora. Em 1999, 89% dos jovens brancos entre 18 e 25 anos não haviam ingressado na universidade. Os jovens negros nessa mesma faixa de idade, por sua vez, praticamente não dispõem do direito ao acesso ao ensino superior, uma vez que 98% deles não ingressaram na universidade.

Os dados apresentados pela pesquisa do Ipea revelam que, ao olharmos a atual situação educacional dos negros brasileiros, sobretudo no ensino superior, encontramos dois eixos sobre os quais ela foi estruturada: exclusão e abandono. Tanto um quanto outro têm origem longínqua em nossa história (GONÇALVES E SILVA, 2000). Tais dados mostram, também, que as políticas educacionais de caráter universal, implementadas ao longo dos últimos anos, não têm conseguido alterar a desigualdade racial na educação brasileira. As trajetórias escolares dos jovens negros e brancos continuam pautadas em uma desigualdade secular a ser superada.

Para o grupo pró-cotas, esses dados comprovam a existência de persistente desigualdade racial no acesso ao ensino superior, provando que a “igualdade de oportunidades” garantida apenas pelo mérito acadêmico é uma falácia. A imagem da universidade como o local do acesso garantido pelo mérito é questionada e substituída pela imagem da universidade como o local da reprodução da desigualdade.

Daí que a luta para modificar essa situação tem levado vários membros do campo acadêmico a se unirem ao movimento negro a fim de reivindicar a correção das desigualdades de acesso via políticas públicas, exigindo assim do Estado a adoção das políticas de ação afirmativa no ensino superior, entre elas as polêmicas cotas raciais.

### **O vestibular e o demônio de Maxwell**

Para exemplificar as sutilezas do papel do exame vestibular na construção do mérito acadêmico faz-se uso aqui da imagem utilizada pelo físico Maxwell para explicar

como a segunda lei da termodinâmica poderia ser anulada. Tal imagem foi usada por Bourdieu (1996) para explicar os mecanismos da reprodução escolar.

Na imagem evocada, Maxwell imagina um demônio que tem por função a separação entre as partículas mais ou menos quentes que chegam até ele. O trabalho do demônio consiste em enviar as mais quentes para um recipiente que aumenta a temperatura constantemente, e as menos quentes para outro recipiente no qual a temperatura tende a decrescer. Dessa forma, o demônio mantém uma diferença que tenderia a desaparecer.

Com essa imagem em mente, pode-se agora compreender porque se faz aqui a relação entre o vestibular e o demônio de Maxwell. Da mesma forma como age o demônio, assim age o chamado processo de seleção do vestibular, ou seja, mantendo uma diferença preexistente, separando os detentores de mais capital cultural (os mais quentes) daqueles que o possuem menos (os menos quentes). E sendo que o capital cultural é produto do capital econômico, o vestibular tende a manter as diferenças sociais preexistentes. Esse processo demoníaco ou angelical de separar o joio do trigo ocorre tanto na concessão do direito de entrada para uns e no fechamento da porta para outros.

Um dos efeitos da ação planejada (nada neutra portanto!) do vestibular é instaurar uma ruptura entre aqueles que são dignos de continuar os estudos em um grau superior (e que teoricamente ocuparão as posições de dominância na sociedade) e aqueles que terão de contentar-se com o capital cultural até então acumulado.

Ora, o instituir de fronteiras sociais é considerado por Bourdieu (1998) como uma operação mágica e a ação do vestibular em separar o último aprovado da lista do primeiro reprovado é um exemplo desse “verdadeiro feitiço” de separação entre justos e injustos, entre competentes e incompetentes, entre os inteligentes e os não-preparados!

A própria ordem de classificação do vestibular (1º lugar, 2º lugar...) reflete os valores sociais do indivíduo, as provas de sua competência, isso sem falar que só o fato de ser aprovado para um curso “nobre” (medicina ou direito, por exemplo) nas universidades públicas, também funciona como uma *ordenação*, “ele é aluno de medicina”, ou seja, pertence à ordem dos médicos. Todas essas classificações têm seus valores simbólicos conhecidos e reconhecidos pelos membros da sociedade, a qual contempla no vestibular o instrumento dessa *consagração* por critérios puramente técnicos.

No entanto, é preciso ver por debaixo da pele desse sistema de triagem social que “os exames ou os concursos justificam em razão de divisões que não necessariamente têm a racionalidade por princípio, e os títulos que sancionam seus resultados apresentam como garantia de competência técnica certificados de competência social, nisso muito próximos dos títulos de nobreza” (BOURDIEU, 1996, p. 38).

A função técnica do vestibular em selecionar tecnicamente os mais competentes mascara a sua face demoníaca, ou seja, a produção de destinos sociais, dando mais a quem tem mais e tirando de quem não tem, tudo isso através de uma forma de meritocracia que privilegia as aptidões individuais, mas que encobre as relações entre o mérito de passar no vestibular e a herança cultural acumulada em estágios anteriores do percurso escolar e as correlações entre essa herança cultural, isto é, capital cultural e o capital econômico.

A fim de saber qual é o mérito daqueles que conseguem aprovação no vestibular analisam-se neste momento algumas estatísticas produzidas pelo programa “A Cor da Bahia” (QUEIROZ, 2002), mediante as quais se buscam os fatores que podem explicar o acesso diferenciado de negros e brancos ao ensino superior.

Primeiramente observe-se a distribuição percentual dos estudantes segundo a cor e a universidade.

**Tabela 1**  
Distribuição dos Estudantes segundo a Cor.  
UFRJ, UFPR, UFMA, UnB, UFBA e USP – 2001

	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UnB	USP
Branca	76,8	86,5	47	50,8	63,7	78,2
Negra	20,3	8,6	<b>42,8</b>	42,6	32,3	8,3
Amarela	1,6	4,1	5,9	3	2,9	13,0
Indígena	1,3	0,8	4,3	3,6	1,1	0,5
Total	100	100	100	100	100	100,0
% de negros no Estado	44,63	20,27	<b>73,36</b>	74,95	47,98	27,4
Déficit	24,33	11,67	<b>30,56</b>	33,55	15,68	18,94

Fonte: Pesquisa Direta. Programa A Cor da Bahia /UFBA, I Censo Étnico-Racial da USP e IBGE - Tabulações Avançadas, Censo de 2000.

As análises desses dados feitas pelos promotores das ações afirmativas fizeram com que eles concluíssem que “esses dados mostram que a proporção de jovens que se definem como ‘pardos’ e ‘pretos’ nas universidades brasileiras, principalmente naquelas que são públicas e gratuitas, está muito abaixo da proporção desses grupos de cor na população” (GUIMARÃES, 2003b, p. 197).

A análise revelou significativas desigualdades entre os segmentos raciais no ensino superior, evidenciando que a universidade brasileira é um território predominantemente branco. Excetuando-se a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, os brancos representam mais da metade dos estudantes nas universidades investigadas; e, ainda aí, eles são o contingente mais significativo (QUEIROZ, 2002, p. 31).

Constatado então “empiricamente” uma nítida “desigualdade racial” no acesso à universidade pública, o que interessa agora é analisar os fatores que influenciam essa desigualdade de acesso à universidade pública usando como porta de acesso o processo seletivo do vestibular.

Considerando-se a questão do mérito proporcionado pela aprovação no vestibular, é ainda necessário se questionar: O capital econômico da família do estudante tem seu peso na determinação da aprovação ou da não aprovação no vestibular e no nível de desempenho demonstrado através deste teste?

Nesse sentido, o primeiro fator que se destaca está relacionado ao capital econômico, constatado através da renda familiar:

**Tabela 2**  
Distribuição dos estudantes segundo a  
Faixa de renda de maior concentração segundo a cor

	UFRJ	UFPR	UFMA	UFBA	UnB
Branca	10 a 20 SM	6 a 10 SM	10 a 20 SM	10 a 20 SM	Mais de 40
Parda	6 a 10 SM	6 a 10 SM	6 a 10 SM	6 a 10 SM	10 a 20 SM
Preta	6 a 10 SM	6 a 10 SM	6 a 10 SM	6 a 10 SM	30 a 40 SM
Amarela	10 a 20 SM	10 a 20 SM	10 a 20 SM	10 a 20 SM	30 a 40 SM
Indígena	6 a 10 SM	10 a 20 SM	10 a 20 SM	10 a 20 SM	30 a 40 SM
Total	10 a 20 SM	6 a 10 SM	6 a 10 SM	10 a 20 SM	30 a 40 SM

Fonte: Pesquisa Direta (QUEIROZ, 2002, p. 40).

Delcele Mascarenhas Queiroz, coordenadora da pesquisa “A Cor da UFBA”, a qual foi posteriormente estendida às outras universidades (UFRJ, UFPR, UFMA, UnB), comenta sobre a relação entre o capital econômico e a cor do estudante:

A renda das famílias dos estudantes varia conforme o segmento racial focalizado. Em quase todas as universidades pesquisadas, os brancos apresentam a melhor situação, concentrando-se na faixa de renda de dez a vinte salários mínimos ou acima desta, como no caso da UnB, onde estão os estudantes com mais elevada renda familiar, inclusive pardos e pretos que, nas demais, apenas atingem o patamar de dez salários mínimos. (QUEIROZ, 2002, p. 39)

Mesmo se considerando a diferença de renda no segmento racial, com alunos “brancos” apresentando um nível de renda superior aos “pretos” e “pardos”, a inclusão destes na faixa de 6 a 10 salários mínimos, é surpreendentemente “positiva”, principalmente no contexto econômico maranhense, o que pode indicar não uma situação socioeconômica relativamente confortável, mas sim a sinalização de que a universidade é um espaço que seleciona socialmente, assim até mesmo os “negros” que alcançam a universidade estariam em situação economicamente superior em relação ao seu próprio segmento racial.

Os dados da FUVEST referentes ao vestibular 2000 da USP também apontam para as vantagens de capital econômico e suas correlações na aprovação do vestibular.

**Tabela 3**  
Taxa de Sucesso (relação aprovados / candidatos)  
no vestibular 2000/USP por cor do candidato, segundo nível sócio-econômico

Classe/Cor	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena	Total
A	8,1	5,6	8,5	13,1	7,6	8,5
B	7,4	4,9	6,4	10,9	5,6	7,6
C	5,5	3,0	3,9	8,5	6,1	5,5
D-E	4,2	3,7	2,2	7,2	2,0	3,9

Fonte: FUVEST. Guimarães (2003, p. 198).



Guimarães (2003, p. 198) analisando esses dados chega à conclusão que “a classe sócio-econômica interfere no desempenho dos membros de todos os grupos de cor: quanto maior a classe socioeconômica do candidato, melhor o seu desempenho, maiores as chances de acesso”. Segundo o próprio Guimarães (2003b), essa “influência de classe” se manifesta através de três outros fatores:

- a) possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos;
- b) o turno em que cursou a escola secundária;
- c) a natureza do estabelecimento em que estudou no ensino básico: público ou particular.

Esses fatores serão levados em conta e aplicados na análise das estatísticas referentes à UFMA tiradas da pesquisa do programa “A Cor da Bahia”, principalmente da parte que coube aos alunos do curso de Ciências Sociais da UFMA, Ana Tereza Ferreira Rocha, Ligia Raquel Rodrigues Soares e Oscar Adelino Costa Neto, coordenados pelo professor Dr. Sérgio Ferreti. Tal pesquisa resultou no texto “A cor da UFMA: um estudo sobre desigualdades raciais no ensino superior” (publicado em Queiroz, 2002).

Em relação à possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos observa-se a tabela abaixo:

**Tabela 4**  
Associação trabalho X estudo durante o ensino médio - UFMA/2000

Trabalho X Escola	Branco	Pardo	Preto
Trabalhou durante o ensino fundamental	2,90%	5,40%	3,10%
Trabalhou durante o ensino médio	7,80%	10%	15,60%
Não trabalhou durante o ensino médio	89,30%	84,60%	81,30%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa - A Cor da Universidade (QUEIROZ, 2002, p. 126).

Constata-se que a grande maioria dos alunos que entrou na UFMA em 2000 não trabalhou durante o ensino médio (86,3%). No entanto, dos que trabalharam no ensino médio a porcentagem dos negros (pretos + pardos) foi de 25,60%, ou seja, mais de três vezes a porcentagem dos brancos que trabalharam (7,80%). Fica demonstrado então que a possibilidade de dedicação exclusiva aos estudos (capital econômico convertendo-se em capital cultural) contribui para uma maior possibilidade de aprovação no vestibular.

O outro fator, que ainda segundo Guimarães (2003b), representa uma influência de classe diz respeito ao turno freqüentado pelo aluno:

**Tabela 5**  
Distribuição percentual dos estudantes segundo o turno de estudo na escola de segundo grau e a cor - UFMA/2000

Turno/Cor	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígenas	Total
Sempre Diurno	91,3	91,2	91,1	85,7	84,2	90,5
Sempre Noturno	4,6	4,2	3,4	4,1	10,6	4,5
Diurno/Noturno	3,4	3,9	3,3	8,2	2,6	4
Noturno/Diurno	0,7	0,7	2,2	2	2,6	1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa - A Cor da Universidade (QUEIROZ, 2002, p. 150).

Observa-se que a maioria dos alunos aprovados em todas as faixas raciais freqüentou o ensino médio no turno diurno, do que se conclui que existe uma “vantagem” para aqueles que podem usufruir desse benefício, o que outra vez demonstra o peso do capital econômico por trás da possibilidade de se estudar durante o dia, o que no caso das camadas mais pobres da sociedade não é uma realidade comum.

Uma outra variável que se considera importantíssima é a referente à natureza do estabelecimento freqüentado pelo aluno:

**Tabela 6**  
Distribuição percentual dos estudantes segundo  
o tipo de escola freqüentada no Ensino Médio e a cor- UFMA /2000

	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígenas	Total
Privada	74,5	66,3	60,4	68,6	63,2	69,4
Pública	24,5	33	38,5	29,4	36,8	29,7
Comunitárias	3,4	3,9	3,3	8,2	2,6	4
Supletivo	0,7	0,7	2,2	2	2,6	1
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa - A Cor da Universidade (QUEIROZ, 2002, p. 148).

Considerando-se todos os segmentos raciais constata-se que dois terços dos alunos que ingressaram na UFMA em 2000 vieram das escolas privadas, o que revela que a universidade é mais permeável ao ensino particular, o que não pode deixar de ser entendido como um corte por classe e cor, pois a grande maioria que freqüenta a escola pública é composta pelas classes mais desfavorecidas de capital econômico e dentre estas os negros são maioria. Daí a triste conclusão de que aqueles que têm de freqüentar o ensino público em virtude sua baixa condição social tem menos chances de obter o “mérito” do “sucesso” no vestibular! O que equivale a dizer segundo a lógica meritocrática que eles têm menos méritos do que os que estudaram em escola particular!

Ora, qual o mérito de se passar no vestibular para uma universidade pública? Ou melhor, a quem pertence esse mérito? Deve-se prioritária e fundamentalmente ao *esforço individual* como quer fazer parecer a ideologia meritocrática que permeia o acesso à universidade?

O que se percebe através da análise dessas estatísticas é que grande parte do “mérito” que o exame vestibular legitima é devido a outros fatores que não somente o esforço próprio. Afinal, se o mérito da aprovação no “vestibular” está relacionado ao nível de renda da família, ao turno em que cursou o ensino básico, ao tipo de escola freqüentada, todos esses fatores que denotam uma transubstanciação de capital econômico em capital cultural, em que consiste então o mérito?

Fica evidente dessa forma que o processo vestibular considerado “tecnicamente neutro”, na verdade, reproduz em seus resultados as desigualdades sociais que não podem deixar de ser também desigualdades raciais, já que aqui no Brasil existe uma

certa regularidade (e não uma regra) que faz corresponder a cor negra a menos volume de capital econômico.

Levando-se em conta as desigualdades de capital cultural e de capital econômico entre negros e brancos (as quais se manifestam em acesso diferenciado no ensino superior público), é no mínimo ingenuidade defender “o mérito pessoal”, “o esforço próprio”, o *self-made man* característico da ideologia liberal. Explicar que o sucesso dos alunos no processo seletivo do vestibular é um processo neutro e dependente unicamente das aptidões e dos talentos individuais é fechar os olhos para essa *ideologia dos dons* que dissimula a imposição da cultura arbitrária de classe, é negar que a universidade, igualmente a outras instâncias do sistema escolar, também se constitui em um elemento da violência simbólica reforçando os privilégios de classe já existentes na sociedade e reproduzindo as condições sociais anteriores à entrada na universidade. (BOURDIEU & PASSERON, 1970).

Para os herdeiros das classes privilegiadas a possibilidade de se dedicar exclusivamente aos estudos, de estudar durante o turno diurno e de freqüentar as boas escolas particulares, sim para esses favorecidos do sistema a universidade surge quase como seu “destino” natural (BOURDIEU, 1998a).

## **Conclusão**

A mistificação das causas do insucesso de uma maioria negra no exame vestibular atribuindo-as a uma falta de esforço próprio ou de mérito pessoal é um dos motivos que levam às críticas à flexibilização do acesso à universidade por meio do sistema de cotas. Outro motivo ou desculpa para criticar as cotas implica em defender a legitimidade de um processo seletivo que tem se manifestado “não neutro” como querem seus defensores, mas conveniente reproduzidor das desigualdades de trajetória escolar. Evidentemente que a solução para aumentar gradativamente o número de alunos das classes menos favorecidas (incluindo-se aí uma maioria negra) na universidade não implica em “baixar a norma” para que todos a alcancem, de forma alguma. Mas também não se podem deslegitimar as cotas com o argumento de que elas ferem o suposto “mérito acadêmico” legitimado pelo processo seletivo “neutro” do vestibular.

Não se pode também deixar de concluir que a pouca participação do negro no ensino superior público têm a ver com a vantagem nada “meritocrática” (ao contrário do

que pensam alguns) que os alunos de escolas particulares de elite possuem em relação aos alunos de um ensino fundamental e médio público de qualidade relativamente inferior, ou seja, na questão específica do acesso à universidade pública por meio do vestibular, o *capital cultural desigual* dos concorrentes tem mais influência que as diferenças de capital simbólico (entendendo-se aqui a baixa auto-estima do negro e também a cor da pele negra como um *capital simbólico negativo* no contexto de uma sociedade racista).

Isso para não falar na insuficiência de vagas frente à demanda cada vez mais crescente em relação a esse nível de ensino. Ora, esse princípio diferencial contido no acesso desigual de negros e brancos à universidade pública aponta em direção a *problemas estruturais* do ensino público brasileiro e em um contexto mais amplo para as desigualdades sociais próprias de um sistema econômico que necessita da exclusão para se fazer funcionar.

Ou seja, na explicação das causas da “pequena absorção de jovens ‘negros’ nas universidades brasileiras”, para usar uma expressão de Guimarães (2003b), a distribuição desigual de capital cultural (que, por sua vez, é produto do capital econômico) fornece um fundamento mais adequado e mais objetivo para se entender esse problema e conseqüentemente apontar soluções para o mesmo.

No entanto, apesar da perspectiva adotada neste trabalho não se posicionar favoravelmente à adoção de cotas raciais para o acesso à universidade pública, não se pode concordar com a argumentação ou a preocupação do grupo anti-cotas com a manutenção do mérito acadêmico o qual supostamente seria posto em xeque por causa das cotas, pois se tem visto que o “mérito” contido na concorrência “neutra” do vestibular não é tão meritocrático assim. Portanto, essa crítica às cotas como meio de acesso à universidade não se justifica.

### **Referências bibliográficas**

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas - sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. A escola conservadora: as desigualdades frente à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 39-64.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, P. & PASSERON, J.C. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, Luis Antonio. Notas para uma leitura da Teoria da Violência Simbólica. *Educação e Sociedade*, São Paulo, n. 4, 1979, p. 79-110.

GOMES, Nilma Lino. Ações Afirmativas: dois projetos voltados para a juventude negra. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p. 217-243.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O acesso de negros às universidades públicas. *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 12, n. 19, 2003, p. 191-204.

HENRIQUES, Ricardo. *A Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90*. In: *Ação Afirmativa na Educação Universitária dos EUA*. Rio de Janeiro: Consulado Geral dos EUA. 2001, p. 1-46.

IBGE. *Síntese dos indicadores sociais 2000*. Disponível em: [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br). Acesso em: 04 de abril de 2002.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil - um estudo comparativo. In: \_\_\_\_\_. (Coord.). *O negro na universidade. Programa A Cor da Bahia/Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA*. Salvador: Novos Toques, n. 5, 2002, p. 13-55.